

VALORIZAÇÃO DA CARREIRA DOCENTE E IMPACTOS NO TRABALHO PEDAGÓGICO: DESEMPENHO, INCENTIVOS E PROMOÇÕES

VALUING THE TEACHING CAREER AND IMPACTS ON PEDAGOGICAL WORK: PERFORMANCE, INCENTIVES AND PROMOTIONS

Dayane Pereira Barroso de Carvalho¹
Maria da Guia Taveiro Silva²
Gilberto Freire de Santana³

RESUMO

Este artigo tem por objetivo discutir a valorização da carreira docente e seus impactos no trabalho pedagógico, considerando incentivos e promoções ao professorado. Sua relevância consiste em trazer à luz da discussão a temática das precárias condições de trabalho e salários que não condizem com a formação docente, se comparados a outros segmentos profissionais e que, no imaginário social, parece ser antiético se falar. São apresentados resultados parciais de uma pesquisa realizada ao longo do Mestrado em Letras, pela UEMASUL, aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa, com o seguinte número do CAAE: 56529422.9.0000.5554. Os principais pressupostos teóricos que fundamentam as análises e interpretações são de Alves e Pinto (2011), Gatti e Barreto (2009), Schmitt, Vieira e Martins (2018), Silva (2012). A metodologia consiste em uma investigação qualitativa, exploratória, analítico-interpretativa, a partir do cruzamento dos dados obtidos em observação no campo de investigação original, em questionário *online*, comparados a resultados de outros estudos aqui elencados. Percebeu-se que existem poucas investigações a respeito do tema e os principais resultados demonstram que parte expressiva dos colaboradores se encontra

1 Mestra em Letras pela Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL). E-mail: dayanepereirabr@gmail.com - <https://orcid.org/0000-0002-7792-4514>

2 Professora e vice-coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL). Doutora em Linguística pela Universidade de Brasília (UNB). E-mail: maria.silva@uemasul.edu.br - <https://orcid.org/0000-0002-6520-1845>

3 Professor e coordenador do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL). Professor do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Doutor em Letras, Teoria Literária, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). E-mail: gilbertosantana@uemasul.edu.br - <https://orcid.org/0000-0002-3018-3018>

insatisfeita em relação às longas jornadas de trabalho e dobra de turno, bem como à necessidade de se ocupar com outras atividades remunerativas, o que parece prejudicar o trabalho docente.

Palavras-chave: Carreira docente. Condições do trabalho docente. Remuneração do professor. Professores de educação básica.

ABSTRACT

This article aims to discuss the appreciation of the teaching career and its impacts on pedagogical work, considering incentives and promotions for teaching staff. Its relevance consists in bringing to light the issue of precarious working conditions and salaries that do not match teacher training, when compared to other professional segments and that, in the social imagination, seems to be unethical to talk about. Partial results of a research carried out during the Master's in Letters, by UEMASUL, approved by the Research Ethics Committee, with the following CAAE number are presented: 56529422.9.0000.5554. The main theoretical assumptions that underlie the analyzes and interpretations are of Alves and Pinto (2011), Gatti and Barreto (2009), Schmitt, Vieira and Martins (2018), Silva (2012). The methodology consists of a qualitative, exploratory, analytical-interpretative investigation, based on the crossing of data obtained in observation in the original investigation field, in an online questionnaire, compared to the results of other studies listed here. It was noticed that there are few investigations on the subject and the main results show that a significant part of the employees is dissatisfied with the long working hours and double shifts, as well as the need to occupy themselves with other remunerative activities, which seems to harm teaching work.

Keywords: Teaching career. Teaching work conditions. Teacher remuneration. Basic education teachers.

INTRODUÇÃO

As pesquisas cuja intenção reside em investigar contextos educacionais e busca de estratégias para melhoria e valorização da educação básica não são exíguas. Isso pode ser percebido ao se fazer uma simples busca no Thesaurus Brasileiro da Educação⁴, por meio do qual se pode encontrar mais de 600 palavras-chave indexadas, relacionadas a investigações já realizadas e publicadas relativas à temática. A compreensão de que a qualidade educacional perpassa

4 Reúne termos e conceitos que se relacionam entre si, estruturalmente estabelecidos para a área da educação, indexando e recuperando pesquisas, produtos e serviços educacionais, cujos termos e conceitos já elaborados pelas respectivas áreas já se encontram integrados.

por políticas centradas no professorado, particularmente voltadas aos incentivos, promoções e remuneração docente, no entanto, ainda parece frágil.

Pode-se perceber que, por exemplo, quando se busca palavras-chave relacionadas à remuneração no referido indexador, há poucos resultados registrados. Esse resultado é sugestivo, haja vista que a academia aparenta não produzir suficientes investigações que considerem as condições de trabalho e remuneração docente como algo fundamental para se pensar em melhoria da qualidade educacional e valorização da educação básica.

Este estudo⁵ tem por objetivo discutir a valorização da carreira docente e seus impactos no trabalho pedagógico, considerando incentivos e promoções ao professorado. A relevância consiste em trazer à luz da discussão a temática das precárias condições de trabalho e salários que não condizem com a formação docente, se comparados a outros segmentos profissionais e que, no imaginário social, parece ser antiética se falar. Os principais pressupostos teóricos utilizados para fundamentar as asserções aqui apresentadas se fundamentam nos estudos de Alves e Pinto (2011), Gatti e Barreto (2009), Schmitt, Vieira e Martins (2018), Silva (2012), entre outros.

O estudo, de caráter qualitativo, a princípio apresenta resultados parciais de uma investigação que está inserida na pesquisa intitulada *Análise sociológica das práticas de leitura de alunos de escola pública periférica da cidade de Imperatriz/MA*, desenvolvida ao longo de dois anos de Mestrado em Letras, modalidade Profissional, pela Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL). Para melhor validação dos resultados, abriu-se o questionamento, previamente aprovado pelo CEP, e solicitou-se colaboração de mais professores que atuam em escolas diversas da educação básica também na mesma cidade.

Configura-se, assim, como um estudo exploratório, cuja amostra coletada consiste em depoimentos de pelo menos 23 (vinte e três) professores da educação básica da cidade de Imperatriz/MA (duas professoras da escola *locus* de investigação e 21 professores de escolas variadas, públicas e privadas, na mesma cidade). Os dados coletados/construídos por meio de questionário *online* foram

5 Esta investigação está inserida no Grupo de Estudos Linguísticos do Maranhão (GELMA) e recebeu incentivo da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

analisados e interpretados a partir do cruzamento dos dados obtidos no campo de investigação original, bem como com os resultados de outros estudos aqui elencados.

A pesquisa em questão foi aprovada e realizada conforme as Diretrizes e Normas de Pesquisa, previstas na Resolução CNS/MS 466/12, com o seguinte número do CAAE 5.396.622. Assumiu-se a responsabilidade de fazer cumprir os Termos da Resolução nº 466/12, do CNS, do Ministério da Saúde, e demais resoluções complementares à mesma (240/97, 251/97, 292/99, 303/2000, 304/2000, 340/2004, 346/2005 e 347/2005), viabilizando a produção de dados da pesquisa citada, com o intuito de cumprir os objetivos anteriormente apresentados.

CARREIRA DOCENTE E VALORIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA: UMA BREVE DISCUSSÃO

Os estudos que se dedicam às investigações no contexto educacional são amplos e comportam os mais variados problemas, que vão desde as práticas pedagógicas engessadas, conservadoras e/ou tradicionais, às práticas docentes mais inovadoras, comprometidas e engajadas. Também é possível encontrar estudos que contemplam questões a respeito das precárias condições de infraestrutura física de escolas públicas e privadas, como prédio escolar, bibliotecas, salas de estudo e laboratórios, quadra de esportes e tantos outros espaços físicos da escola.

Problematizar a qualidade educacional, no entanto, pouco perpassa pelas questões de incentivos e promoção ao professorado. Um estudo realizado por Alves e Pinto (2011), cujo objetivo foi descrever algumas das características do trabalho docente, compara a remuneração de professores a de outros profissionais com o mesmo nível de formação e apresenta resultados que evidenciam haver um expressivo número de docentes que, por necessidade, e devido ao ganho salarial que não condiz com a formação, trabalha em mais de uma escola e leciona para um grande número de alunos por turma; fatores que, comumente, podem tornar o trabalho pedagógico extenuante.

Além disso, Alves e Pinto (2011) puderam constatar que os rendimentos dos professores são menores que os de outros

profissionais com o mesmo nível de formação, ou até mesmo de profissionais com nível de formação inferior. Semelhantemente, Floriano e Codorva (2020), ao investigarem sobre as condições de trabalho e remuneração docente, observaram que há uma contundente desvalorização da categoria, decorrente de baixos salários, atrasos de pagamento e precárias condições de trabalho. Além disso, os autores constataram que, no imaginário social, parecia haver uma ideiação de que o magistério deveria se espelhar por um ideário de sacerdócio.

Também pertinente a essa discussão, elenca-se um estudo proposto por Lima e Ramos (2021) Os pesquisadores investigaram a respeito do piso salarial e remuneração docente entre os anos de 2008 e 2021, apresentando como um dos principais resultados uma contradição entre os discursos grandiloquentes em defesa da valorização do magistério *versus* a baixa produção de monografias, dissertações e teses de doutorado relacionadas à temática. Os autores afirmam que, mesmo após a proclamação da necessidade de se valorizar o professor, como medida decisiva para a qualidade da educação, passaram-se pelo menos 10 anos desde o estabelecimento do piso salarial e mais da metade dos municípios brasileiros ainda não o implantaram; fato que, segundo Lima e Ramos (2021), ainda pouco repercute nas academias enquanto objeto de pesquisa.

As escassas publicações que versam sobre a valorização da carreira docente, como medida de valorização da educação básica, parecem ser unânimes ao considerar que as condições de remuneração dos professores estão aquém da formação e das responsabilidades sociais exigidas (GATTI; BARRETO, 2009; JACOMINI; PENNA, 2016). Gatti e Barreto (2009), por exemplo, quando abordam a temática do lugar dos professores na estrutura de empregos no Brasil, afirmam que há uma imprecisão quanto ao número de professores no país, devido à indisponibilidade de microdados pelo Censo da Educação Básica até o ano de sua pesquisa. Essa imprecisão, para as estudiosas, provoca “desdobramentos importantes para a formulação de políticas do setor, dificultando o estabelecimento de relações entre as características específicas dos docentes e suas escolhas no âmbito da formação, da carreira e do desempenho profissional” (GATTI; BARRETO, 2009, p. 16).

Ainda, Gatti e Barreto (2009) enfatizam que a baixa importância dos professores no cômputo geral dos empregos formais, no Brasil,

parece semelhante ao que ocorre em países mais avançados. Para as pesquisadoras, ao se fazer uma comparação de salários com outros segmentos profissionais que exigem o mesmo grau de formação, a remuneração docente não parece ser tão atraente. De modo que, Jacomini e Penna (2012, p. 184) são enfáticos e dizem que, “ao refletir sobre o exercício da docência e sua valorização política e social, importa atentar, entre outros aspectos, ao valor socialmente atribuído à instituição escolar, às exigências e às expectativas sociais que lhe são direcionadas”. Assim, se por um lado há expressiva responsabilização dos professores pela qualidade do ensino, por outro há aguda desvalorização social da docência (*idem*).

Jacomini e Penna (2012) continuam dizendo que,

A própria ideia da necessidade de profissionalização, presente em documentos e discursos oficiais que visam regulamentar a formação docente, porta aspectos ideológicos que necessitam ser tensionados, pois tais textos, ao estabelecerem certas habilidades especializadas, responsabilidades e compromissos, podem vincular tal profissionalização à implantação de processos de controle externo sobre as ações dos professores. E, com isso, podem promover a *valorização do componente técnico* de seu trabalho e a *intensificação das tarefas a eles destinadas*, além de potencializar a perda de controle desses profissionais sobre as atividades por eles desenvolvidas (p. 184-185, grifos nossos).

Semelhantemente, Schmitt, Vieira e Martins (2018) versam a respeito da perda de autonomia docente em seu estudo sobre o processo de adoecimento do professorado na educação básica. Para as autoras, a intensificação do trabalho docente, resultado das longas jornadas de trabalho e responsabilidades que o trabalho pedagógico implica, são fruto de uma mercantilização da educação instaurada por um modelo social que concebe a escola como uma máquina de produção das regras do mercado (SCHMITT; VIEIRA, MARTINS, 2018). Ademais, outro ponto que contribui significativamente para a desvalorização da educação básica, segundo as estudiosas, é a má remuneração do profissional docente, haja vista que os baixos salários e precário ambiente de trabalho repercutem na desvalorização profissional (*idem*).

As asserções de Schmitt, Vieira e Martins (2018) convergem com os estudos de Jacomini e Penna (2012) quanto às questões relativas ao salário, como se pode ver a seguir:

Constatou-se que os alunos percebiam aspectos positivos e negativos relacionados ao exercício da docência que, ao mesmo tempo em que era vista como *portadora de grande responsabilidade social*, era também percebida como *socialmente desvalorizada*, em decorrência dos baixos salários e das difíceis condições em que se realiza. Os alunos demonstraram grande respeito pela figura do professor, mas percebiam que a satisfação no trabalho docente é difícil de ser obtida, uma vez que está atrelada ao outro, ou seja, à aprendizagem do aluno. Ao mesmo tempo em que se exige muito dos professores, se oferecem poucas recompensas monetárias e pouco reconhecimento social. Além disso, os entrevistados atribuíam a outras carreiras a possibilidade de ocupar posição financeira mais vantajosa e de obter melhor qualidade de vida (JACOMINI; PENNA, 2021, grifos nossos).

De modo que, para Jacomini e Penna (2021), salário e carreira parecem ser questões fundamentais para a compreensão de um exercício profissional e da qualidade da educação propriamente dita. Além disso, segundo as pesquisadoras, a jornada de trabalho é outro fator fundamental na construção das condições de trabalho adequadas. Isso porque, para compensar os baixos salários, professores passaram a trabalhar em duas ou três jornadas na mesma rede ou em diferentes redes de ensino, o que prejudica significativamente a qualidade do trabalho pedagógico (JACOMINI; PENNA, 2021).

Assim, a tendência dos professores é de trabalhar em mais de um turno, para compensar os baixos salários. Esse fato se caracteriza, segundo Silva (2012), como desvalorização salarial e desqualificação da profissão docente. De modo que, para a estudiosa, a valorização salarial está diretamente relacionada ao salário digno proposto nas legislações, viabilizando ao professor padrões de vida mais saudáveis e trabalho menos sobrecarregado.

Logo, as longas jornadas de trabalho, como medida de compensar a baixa remuneração do professorado, tem contribuído

para a precarização do exercício pedagógico e, conseqüentemente, para a desvalorização da educação básica, dado que comprometem a qualidade do processo de ensino-aprendizagem (JACOMINI; PENNA, 2021). Diz-se intensa e extensa jornada de trabalho, visto que as obrigações docentes não se encerram no horário de sala de aula, havendo necessidade de planejamento de aulas, correção de atividades, preparação e correção de avaliações e trabalhos avaliativos em geral, eventuais atendimentos à família e outras tarefas (SCHMITT; VIEIRA, MARTINS, 2018). O que sugere, portanto, que a qualidade educacional se concentra, impreterivelmente, em priorizar o trabalho pedagógico do professorado em termos de remuneração, jornada de trabalho e padrão de vida mais saudável.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

A respeito do desenvolvimento de investigações que problematizam a questão salarial dos professores como medida de melhoria da educação básica, entende-se como pertinente trazer dados obtidos via dicionário Thesaurus Brasileiro da Educação. Nota-se, por exemplo, que há uma disparidade nas pesquisas relacionadas à educação em seus mais diversos interesses, em relação às investigações que contemplam especificamente a questão da remuneração, incentivos e promoções docentes.

Tal porque, conforme dados do Thesaurus Brasileiro da Educação, há pelo menos 667 resultados de palavras-chave cadastradas com o termo “educação” para investigações científicas brasileiras, conforme pode ser observado no registro a seguir:

As investigações variam entre acesso à educação, ascensão social e educação, auxílio-educação, avaliação da educação, bem-estar social e educação, ciência e educação, conflito e educação, cultura e educação, desenvolvimento e educação, despesas com educação, educação como política, entre tantos outros (Thesaurus Brasileiro da Educação, 2022). Esses dados demonstram o quão vasto é o campo de pesquisa que envolve temas educacionais e, conseqüentemente, a preocupação com a qualidade do ensino como um todo. Quando a pesquisa é afunilada, no entanto, e contempla

o professorado como figura central das discussões, o número de palavras-chave cai de maneira significativa, apresentando cerca de 151 resultados, como pode ser visto na imagem a seguir:

As palavras-chave relacionadas ao termo “professor” variam entre *atitude do professor, avaliação do professor, alunos por professor, capacitação de professores, código de ética do professor, curso de formação do professor, direitos e deveres do professor, função social do professor, guia do professor, perfil profissional do professor, entre outras* (Thesaurus Brasileiro da Educação, 2022). E também, ainda que timidamente, começam a adentrar em questões que interessam ao bem-estar do profissional docente, como pode ser visto em termos como *insatisfação do professor, bem-estar do professor, motivação do professor, prestígio social do professor*.

Considera-se tais palavras-chave indexadas à busca de pesquisas brasileiras configuram, de certa maneira, como um entendimento de que o profissional pedagógico é peça basilar para a construção de melhor qualidade educacional. É preciso dizer, no entanto, que as investigações centradas no professorado, preocupadas com seu bem-estar, condições de trabalho, prestígio e motivações, bem como incentivos e promoções ainda são débeis, considerando que o professor é uma peça-chave no trabalho pedagógico.

De maneira que, em uma terceira busca procurando palavras-chave indexadas relacionadas ao termo “remuneração”, percebeu-se que existem somente três indexações, como pode ser observado na imagem a seguir:

Considera-se este número inexpressivo, ante à função e às responsabilidades atribuídas ao profissional docente, que vê recair sobre si uma responsabilidade social profunda e pouco prestígio social, materializado em condições muitas vezes insalubres no ambiente de trabalho, remuneração pouco atrativa e longas jornadas de trabalho – estas como medida de compensação do baixo ordenado. Tal medida de compensação acaba por refletir na qualidade do trabalho. Além disso, longas jornadas de trabalho coisificam a pessoa humana e extenuam a figura social do professor, refletindo, também, em um desgaste entre a própria equipe

pedagógica, particularmente na relação hierárquica entre gestores e professorado.

Na escola *locus* desta investigação, por exemplo, foi possível observar que o profissional docente, sem perceber, acaba por exigir do aluno aquilo que ele mesmo não pode oferecer, que é um comportamento do tipo autônomo⁶, pautado em uma repetição pedagógica perfeitamente adequada às normas do concurso escolar. Por exemplo, em reuniões pedagógicas para o ano letivo de 2022, observou-se repetidas orientações da parte da gestão escolar aos professores, entre as quais as principais elencaram-se em: ser pontual; manter restrição ao uso de celular em momento de aula; em caso de imprevisto de falta, avisar à coordenação pedagógica; ao toque do sinal, o professor deve imediatamente se retirar da sala de aula para que o colega possa entrar; entre outros.

Note-se que todas essas indicações estão arroladas ao âmbito do padrão comportamental do professor, por orientação da gestão escolar. O fato curioso de se observar é que, neste momento, e ao que parece, diante dos gestores o professor toma o “lugar de aluno” e apresenta um comportamento semelhante a este, embora critique o seu próprio alunado quando a situação de hierarquia escolar se inverte. Há uma advertência para este eixo temático, no qual se analisa criticamente a forma como a escola muitas vezes acaba por exigir uma autonomia dentro da cultura escolar, manifestada em padrões comportamentais que ela mesma, a instituição escolar, não pode oferecer. Destaca-se, como exemplo, uma das falas da Vice-Gestora:

Precisamos manter uma melhor comunicação no dia das faltas de vocês professores. Precisamos que vocês nos avisem. Não podemos deixar a escola e os alunos na mão por causa de faltas dos colegas. Esse é o nosso local de trabalho. Vamos primar pelo nosso trabalho, pessoal (Fonte: Pesquisa).

Minutos antes de dirigir seu pedido aos professores, a Vice-Gestora havia recomendado aos docentes que não deixassem os alunos fora da sala de aula *senão eles vão fazer só o que não presta:*

6 Entende-se por comportamento autônomo quando uma pessoa não precisa ser lembrada de suas obrigações e compromissos, não atrasa atividades, não precisa ser gerida e não requer monitoramento para o cumprimento de seus afazeres.

fumar maconha, quebrar a escola, atrapalhar a aula que não é deles (Fonte: Pesquisa). Ora, no caso desses alunos, está-se especificando padrões comportamentais que advêm de uma repetição pedagógica não pactuante com o arbitrário cultural esperado e exigido pela escola. Por outro lado, parte dos docentes parece apresentar comportamentos que também indicam estar distantes do esperado pela própria instituição em que trabalham.

Isso pôde ser observado em uma complementação à solicitação da Vice-Gestora, por meio da qual a Coordenadora Pedagógica 1 (CP1) do turno matutino também direciona aos professores:

CP1: Não atrasem e não faltem, pessoal, porque os nossos alunos vêm da Invasão⁷, do Bom Jesus⁸, e quando chegam aqui não tem aula porque o professor faltou. Ai os alunos ficam chateados e não é por menos. Não façam isso com os alunos. Vamos quebrar esse ciclo (Fonte: Pesquisa).

A gestão escolar claramente advertiu o corpo docente a respeito de faltas injustificadas. O mesmo corpo docente que, em outro momento, aponta, em seus alunos, o descompromisso com a escola ao “matarem aula” e/ou “faltarem à escola” sem justificativas. Note-se que essas questões são levantadas neste estudo não para imputar juízo de valor. Este não é o propósito da discussão. Mas sim para identificar as contrariedades do jogo escolar e das expectativas escolares.

Em outro momento, o Gestor Geral pediu aos professores que atualizassem o Sistema Integrado de Administração de Escolas Públicas (SIAEP)⁹: *Estamos com dificuldade de matricular nesse ano de 2022, porque tem professor que ainda não encerrou o ano letivo de 2021* (Fonte: Pesquisa). Em outros termos, o professor que foi advertido parece não ter cumprido com o “dever de casa”, que consiste em preencher devidamente os dados dos alunos no SIAEP. Além disso, foi solicitado que os docentes não deixassem de enviar questões de simulados, e também que não enviassem trabalho em cima da hora, que respeitassem os prazos de entrega e que formatassem seus trabalhos antes de enviar.

7 Bairro periférico adjacente à escola em que esta pesquisa foi realizada.

8 Bairro periférico na cidade de Imperatriz/MA, cuja distância da escola é de aproximadamente 4,5 Km

9 Plataforma on-line onde são inseridas e consultadas informações sobre matrícula, notas e desempenho estudantil

Todas essas atividades constam nas obrigações de trabalho para o cargo de professor. Espera-se que, no mínimo, esses docentes sejam tão pró-ativos e autônomos na hora de cumprir seus deveres pedagógicos, quanto eles mesmos esperam que seus alunos o sejam. Mas, ao contrário, a gestão escolar parece ter alguma dificuldade em relação ao cumprimento de obrigações do ofício por parte de alguns docentes.

Frisa-se “alguns” docentes, porque é manifesto que o problema não está generalizado; como também o problema de “mau comportamento”, “falta de interesse”, “desrespeito”, entre outras questões, por parte dos alunos, não se generaliza. E é preciso haver prudência diligente no momento das análises e das reflexões referente à temática.

Por isso, é oportuno e lugar de destaque dizer, também, que o professor da educação básica enfrenta problemas reais e materiais em relação ao exercício mais autônomo de sua profissão. Isso porque o professor, pela baixa remuneração, se comparada a outros segmentos profissionais, precisa se dedicar a duas ou mais atividades para conseguir viver com o mínimo de dignidade que precisa. Mas, a partir dessa questão, poder-se-ia levantar o seguinte questionamento: qual a relação entre remuneração do trabalhador pedagógico e um exercício mais autônomo de sua profissão?

Torna-se propício, então, fazer uma discussão a respeito da sobrecarga de trabalho à qual o profissional pedagógico está submetido. Sobrecarga essa que acaba por afetar o trabalho pedagógico, conforme já mencionado (Jacomini; Penna, 2021; Schmitt; Vieira, Martins, 2018; Gatti; Barreto, 2009; Lima; Ramos, 2021; Vieira; Martins, 2018). Nota-se que chega a ser, no imaginário social, quase antiético professor dizer que trabalha porque precisa de dinheiro. No entanto, defende-se que este tipo de discussão precisa ocupar cada vez mais espaços na produção científica que se preocupam com a qualidade e com o desempenho educacional, visto que o trabalho docente desenvolvido pelo professor é a principal força movedora do sistema educacional.

A discussão a respeito da autonomia docente, nesta peça, não pretende carregar sentimentalismos ou avaliações pessoais. Ao contrário, traz-se problemas que parecem estar encobertos e que, de modo geral, não são discutidos, mas provocam vicissitudes no trabalho pedagógico. É axiomático que um professor com longas jornadas de trabalho e baixa

remuneração poderá dispor de pouca ou quase nenhuma motivação para exercer uma atividade docente que atenda a real necessidade do seu público estudantil. Isso porque o trabalho educativo não se resume ao tempo de sala de aula. Para cada hora/aula, existem pelo menos 2 ou 3 horas de trabalho fora da sala, como por exemplo atividades de planejamento, preparação e correção de atividades.

Assim, entende-se que, superficialmente, o problema referido parece se iniciar no próprio professor que não tem autonomia e empenho necessários para planejar bem, planejar com antecedência, inovar, buscar estratégias pedagógicas, desenvolver projetos pedagógicos, entre tantas outras atividades que se espera desse profissional; quando na verdade a problemática se inaugura em certa desvalorização da carreira docente, que tem como resultado um profissional muitas vezes fatigado e desmotivado.

Cita-se como exemplo a fala da Coordenadora Pedagógica do turno vespertino (CP2), da escola em que esta investigação ocorreu, que, quando perguntada sobre disponibilidade de tempo e recursos para desenvolver e/ou coordenar metodologias e/ou projetos de incentivo à leitura na escola, fez a seguinte afirmação:

CP2: Não tenho tempo e nem recursos suficientes. Agora mesmo estou trabalhando numa escola sem funcionários para as funções mais básicas. Eu mesma e meus colegas temos que assumir várias funções. Tenho que abrir portão, porque não tem vigia. Tenho que abrir biblioteca, porque não tem bibliotecário. Tenho que vigiar os alunos pra (sic) não ficar (sic) fora da sala, porque não tem ninguém pra (sic) fazer isso. E também tenho que ter outro emprego. Não tenho tempo, não tenho horário disponível pros (sic) meus alunos e nem pros (sic) pais deles. E até mesmo os alunos estão com os seus horários todos ocupados com os outros professores (Fonte: Pesquisa).

Essa pergunta se enquadra em um dos questionários aplicados à equipe pedagógica de uma escola pública periférica, campo de investigação. A então professora, que também exerce a função de Coordenadora Pedagógica no turno vespertino, afirmou que precisava sustentar seus filhos, precisava colocar comida em casa, comprar roupas e calçados, remédios, pagar luz, água, moradia e precisava oferecer lazer aos filhos. Apenas um emprego não daria conta de sustentar sua despesa. Compreende-se que essa questão causa

impacto direto na forma como os próprios professores conseguem desenvolver o seu trabalho.

É evidente, e não pode configurar tabu dizer, que nenhum profissional, por mais afeiçoado à sua profissão que seja, trabalhe apenas por sacerdócio/amor à profissão. Entende-se que os resultados provocados por um modelo social profundamente desigual e injusto são depositados dentro da escola, que recebe a incumbência de resolver sozinha problemas que não lhe competem, entre os quais está a própria desigualdade profissional, refletida na hierarquização de profissões. Hierarquização essa que permite a determinados segmentos parecer justo altos salários, enquanto ao professorado fica relegada a incumbência da filantropia.

Para melhor validação dos resultados, além das respostas dos professores da escola em que esta investigação ocorreu, ampliou-se o grupo de professores, por meio de aplicação de questionário *online*, contendo a mesma pergunta de investigação. Todos os professores colaboradores trabalham nos mais variados níveis da educação básica (compreendida entre o I ciclo do Ensino Fundamental e Ensino Médio) em escolas públicas e privadas na cidade de Imperatriz/MA. O total de colaboradores via questionário *online* foi de 21 docentes.

Para melhor compreensão das respostas, elaborou-se a tabela a seguir:

Tabela 1: Respostas ao questionário online

	Pergunta: Levando em consideração sua formação superior, o tempo investido ao longo dos anos para sua qualificação profissional e a carga de trabalho que você exerce, responda: a remuneração recebida pelo trabalho docente que você exerce faz jus à sua qualificação e é suficiente para sua própria subsistência, qualidade de vida e bem estar? Por favor, justifique a resposta.	Quant. de respostas
Respostas negativas	Meu salário está muito abaixo da média (...); tenho que dobrar o turno para conseguir pagar minhas contas (...); para pagar minhas contas, tenho que exercer outras funções como aula de reforço, venda de roupas, e outros (...); não é suficiente, pois preciso de apoio financeiro do cônjuge (...); não é compatível com minha formação (especialização, mestrado, doutorado); Não é compatível, preciso priorizar gastos e tenho que me privar de lazer, entretenimento e materiais de leitura, entre outros (...); mesmo que pareça suficiente, tenho uma carga horária alta.	17

Respostas afirmativas	Sim, meu salário é compatível com minha formação e proporciona a mim e à minha família qualidade de vida necessária (...).	4
Total de respostas		21

Fonte: Dados da Pesquisa

Observe-se que de 100% dos colaboradores (de um total de 23, considerando os 2 professores entrevistados pessoalmente + os 21 professores que colaboraram por meio de questionário *online*), pelo menos 82,60% (19 professores) se dizem insatisfeitos com o próprio salário, haja vista que precisam dobrar o turno (sobrecarga de trabalho), ou exercer outras funções além docência. Alguns chegam a precisar de apoio financeiro do cônjuge, ou até mesmo priorizar gastos, bem como se privar de lazer, entretenimento e materiais de leitura. Ainda no fator insatisfação, alguns professores dizem que seus vencimentos estão aquém da sua formação de especialistas, mestres e doutores.

Apenas 17,40% dos colaboradores desta pesquisa (4 professores) se dizem satisfeitos com o salário que recebem, bem como com a formação que possuem, sendo considerada, portanto, uma porcentagem inexpressiva e baixa ao que se poderia esperar de satisfação entre trabalho e remuneração de docentes. Tais resultados corroboram, portanto, com os resultados de outros estudos (Jacomini; Penna, 2021; Schmitt; Vieira, Martins, 2018; Gatti; Barreto, 2009; Lima; Ramos, 2021; Vieira; Martins, 2018) que compreendem a questão dos baixos salários do professorado como um dos fatores que prejudicam a qualidade educacional e o desempenho docente. Assim, abre-se caminho para uma profunda desmotivação relativa ao emprego de tempo, disposição, criatividade e autonomia docente em seu próprio ofício.

Além do mais, não se pode olvidar uma específica asserção de Apple ([1979] 2008), que diz que o "argumento enfadonho" de que os "professores, administradores e outros educadores de fato não sabem o que estão fazendo" com o seu trabalho escolar, na melhor das perspectivas, é enganador. Para o teórico, ignora-se que a escola desempenha papel crucial no conjunto de instituições das sociedades industrializadas. Isso porque, para Apple ([1979] 2008), as escolas parecem fazer o que se espera que façam em termos de proporcionar disposições e propensões funcionais, que organiza uma estrutura econômica complexa em grupos social e economicamente estratificados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi possível observar que, apesar de se proclamar a necessidade de valorização do profissional pedagógico enquanto medida para a qualidade educacional, ainda nas academias pouco se repercutiu a temática da remuneração do professorado enquanto interesse de investigação. Aspecto que pôde ser observado nos registros do indexador Thesaurus Brasileiro da Educação, que contém pelo menos 667 palavras-chave de pesquisas relacionadas à educação em geral, em relação a apenas 3 palavras-chave de pesquisas relacionadas à remuneração de professores.

Além disso, apresentou-se uma contradição ante às regras do concurso escolar: a própria equipe pedagógica não despende de tanta autonomia laboral quando a hierarquia entre os agentes pedagógicos se inverte (gestor > professor). Há um sintoma nesse *não-emprego* de autonomia ante à referida inversão hierárquica. O professor parece estar extenuado de longas jornadas de trabalho, baixa remuneração em relação a outros segmentos profissionais, além de ter de lidar em sala de aula com crianças e adolescentes que trazem, para sua sala, problemas de responsabilidade que vão além do trabalho pedagógico para o qual o professor foi formado. Como poderia, pois, extenuado, sobrecarregado, mal pago, com duplas ou triplas jornadas de trabalho desempenhar autonomia e proatividade laboral que atenda às expectativas do jogo escolar e da própria sociedade?

Ademais, cabe dizer que mais de 80% dos professores exprimem insatisfações em relação não ao seu ofício propriamente dito, mas relativas às condições de trabalho e remuneração às quais são submetidos, o que é bastante sintomático. Ainda que a amostra, coletada na cidade de Imperatriz, possua cerca de 23 (vinte e três) colaboradores e apresente as referidas percentagens, não se deve subestimar os relatos aqui apresentados, haja vista que são os professores da educação básica os que melhor sabem a respeito de seu bem-estar e qualidade de vida, em relação ao ofício que exercem.

Entende-se que sendo o professor o principal agente do trabalho pedagógico, é premente que a ele sejam concedidas condições de trabalho e de remuneração mais dignas, como medida de valorização da educação básica. Este estudo, por ser de caráter exploratório, não pretendeu distinguir os relatos de professores a partir do nível

de educação básica: primeiro ciclo do Ensino Fundamental; segundo ciclo do Ensino Fundamental e Ensino Médio. Sugere-se, portanto, que se investigue se há maior ou menor grau de insatisfação a depender do nível de atuação do professorado.

REFERÊNCIAS

- ALVES, T. PINTO, J. M. DE R. Remuneração e características do trabalho docente no Brasil: um aporte. **Cadernos de Pesquisa [online]**. 2011, v. 41, n. 143, pp. 606-639. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0100-15742011000200014>.
- APPLE, M. W. **Ideologia e currículo**. Tradução de Vinícius Figueira. 3ª edição. Porto Alegre: Artmed, [1979] 2008.
- FLORIANO, J. DOS S.; CORDOVA, M. J. W. Representações de professores(as) no jornal Diário dos Campos (1932-1950): condições de trabalho e remuneração. **Práxis Educativa**. v. 15, e2015467, Ponta Grossa, 2020. Disponível em http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-43092020000100142&lng=pt&nrm=iso.
- GATTI, B. A.; BARRETO, E. de S. **Professores do Brasil: impasses e desafios**. Brasília: UNESCO, 2009.
- JACOMINI, M. A.; PENNA, M. G. de O. Carreira docente e valorização do magistério: condições de trabalho e desenvolvimento profissional. **Pro-Posições**, Campinas, SP, v. 27, n. 2, p. 177-202, 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/proposic/article/view/8647238>.
- SCHMITT, J. C.; VIEIRA, P. R.; MARTINS, E. B. de A. O exercício da docência entre incentivos e regulações: o processo de adoecimento do professorado da educação básica. **Educação em Perspectiva**, [S.L.], v. 9, n. 2, p. 275-291, 20 nov. 2018. Departamento de Educacao UFV. <http://dx.doi.org/10.22294/eduper/ppge/ufv.v9i2.959>. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/educacaoem perspectiva/article/view/7035/2853>.
- SILVA, E. C. DA. C. Salário e condições de trabalho docente: os efeitos do FUNDEB na política de valorização dos professores em dois municípios. **Fineduca**, [s. l.], v. 2, n. 11, p. 1-19, nov. 2012. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/fineduca/article/view/51387>.
- THESAURUS BRASILEIRO DA EDUCAÇÃO. **Thesaurus Brasileiro da Educação**. 2022. Disponível em: https://vocabularyserver.com/brased/index.php?_expressao_de_pesquisa=educa%C3%A7%C3%A3o&taskSearch=1.

Submetido em março de 2022

Aceito em junho de 2022

Publicado em dezembro de 2022

